

# Re-conhecimento:

## a análise como possibilitadora de mudanças

Estela Ribeiro Versiani

A noção de “reconhecimento trágico” pode designar um processo que resulta do trabalho da análise, e ao mesmo tempo produzir determinados efeitos neste trabalho – em especial, favorecer a *mudança*.

### **Re-conhecimento: a análise como possibilitadora de mudanças**

**A**firmar que a análise provoca mudanças no analisando que a empreende a princípio parece uma afirmação banal ou, então, extremamente psicoterápica – o que para ouvidos psicanaliticamente treinados pode soar quase como heresia, visto que acenar com a promessa de mudanças ou melhoras como efeito de um processo terapêutico já o descaracterizaria como psicanalítico. E essa reação tem de fato sua razão de ser, pois uma análise não tem como objetivo, por exemplo, mudanças de comportamento do analisando nem, necessariamente, modificações concretas em sua vida, muito embora algumas modificações desse tipo possam ocorrer em decorrência da análise.

Mas um analisando (assim como o analista) não passa ileso por uma análise, ou, se passa, podemos suspeitar que ela não tenha de fato se dado. Sendo assim, é legítimo pensar que algum tipo de mudança se dá *em* análise e *por meio* da análise, restando a questão, muito

mais complexa, de em que consistiria tal mudança e como ela se daria. Freud, com certeza, aponta vários caminhos para pensar essa questão, alguns explicitamente demarcados e outros apenas sugeridos. Podemos pensar mudanças proporcionadas pela análise sob a ótica, por exemplo, do material recalcado que é tornado consciente ou de resistências que são superadas, assim como atribuir uma função de “possibilitadores de mudança” às interpretações e construções do analista e ao trabalho de perlaboração em análise.

O que pôs em movimento o trabalho do qual se originou este artigo foi justamente pensar a respeito de modificações promovidas *em* análise e *pela* análise, à luz de Freud, mas procurando percorrer um caminho próprio. Partindo do princípio de que não se trata, em

**Estela Ribeiro Versiani** é psicóloga, mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Psicologia na UnB, com bolsa do CNPq. As idéias apresentadas neste artigo resumem argumentos da dissertação de mestrado *Re-conhecimento da realidade na prática psicanalítica* (UnB, 1999). Agradeço a leitura e as sugestões de Luiz Augusto Monnerat Celes.

psicanálise, de programar objetivos de mudanças específicas que se procuram atingir por meio de passos pré-determinados, a questão que me norteia é pensar de que maneira uma análise pode provocar e possibilitar mudanças.

O objetivo aqui não é, de forma alguma, dar uma resposta conclusiva a essa questão, mas sim sugerir um possível caminho para abordá-la, procurando descrever a especificidade do que ocorre na relação analítica no sentido de possibilitar determinados movimentos e modificações. Para isso, introduzirei a idéia de *re-conhecimento* — inspirada na descrição de Aristóteles, na *Poética*, a respeito do reconhecimento (*anagnorisis*) na tragédia grega — para descrever um processo que se dá em análise.

Para que fique claro o que tenho em mente, será necessário discorrer, ainda que brevemente, a respeito desse conceito da maneira como Aristóteles o abordou, sem o objetivo de tratar a fundo da questão da tragédia em si, mas apenas mostrar de que maneira o reconhecimento trágico me instigou a procurar articulá-lo com momentos de análise.

### **Anagnorisis – o reconhecimento trágico**

“Ai de mim! Ai de mim! Tudo está claro. Que eu te contemple, ó luz, pela última vez; todos o sabem: eu nasci de quem nunca devia ter nascido e vivi com quem nunca devia ter vivido e matei a quem nunca devia ter matado!”<sup>1</sup>  
(Fala de Édipo em *Édipo Rei*)

O propósito da *Poética*<sup>2</sup>, obra escrita por Aristóteles provavelmente entre 335 e 323 a.C., é investigar a poesia e suas espécies, dentre elas a poesia trágica ou a tragédia. No capítulo VI dessa obra, Aristóteles nos apresenta sua definição de tra-

gédia: “É pois a Tragédia imitação de uma ação de caráter elevado, completa e de certa extensão, em linguagem ornamentada e com as várias espécies de ornamentos distribuídas pelas diversas partes [do drama], [imitação que se efetua] não por narrativa, mas mediante atores, e que, suscitando o ‘terror e a pie-

necessária ou verossimilmente. Porque é muito diverso acontecer uma coisa por causa de outra, ou acontecer meramente depois de outra”.

Podemos remeter a “mutação de fortuna”, a que Aristóteles faz referência acima, à passagem em que ele, ao discorrer a respeito da extensão de uma tragédia, afirma

N ão se trata de programar mudanças específicas que se procuram atingir por meio de passos pré-determinados.  
Assim, de que maneira uma análise pode possibilitar mudanças?

dade, tem por efeito a purificação dessas emoções.”<sup>3</sup>

O mito (*mythos*), que Aristóteles define como “imitação de ações” e “a composição dos atos”<sup>4</sup>, é considerado por ele como o mais importante dos elementos de uma tragédia: “o Mito é o princípio e como que a alma da Tragédia”<sup>5</sup>. Em relação aos mitos, Aristóteles propõe uma distinção: “Dos Mitos, uns são simples, outros complexos, porque tal distinção existe, por natureza, entre as ações que eles imitam. Chamo ação ‘simples’ aquela que, sendo una e coerente, do modo acima determinado, efetua a mutação de fortuna, sem Peripécia ou Reconhecimento; ação ‘complexa’, denomino aquela em que a mudança se faz pelo Reconhecimento ou pela Peripécia, ou por ambos conjuntamente. É porém necessário que a Peripécia e o Reconhecimento surjam da própria estrutura interna do Mito, de sorte que venham a resultar dos sucessos antecedentes, ou

que “o limite de uma Tragédia é o que permite que nas ações uma após outra sucedidas, conformemente à verossimilhança e à necessidade, se dê *o transe da infelicidade à felicidade ou da felicidade à infelicidade*”<sup>6</sup> (grifo meu). Mais adiante irá completar: “É pois necessário que um Mito bem estruturado seja antes simples do que duplo, como alguns pretendem; *que nele se não passe da infelicidade para a felicidade, mas, pelo contrário, da dita para a desdita*”<sup>7</sup> (grifo meu).

Para Aristóteles, então, o mito de uma tragédia envolve necessariamente uma mudança de fortuna no decorrer da ação, de preferência mudança da “dita para a desdita”. Já o reconhecimento e a peripécia, que constituem “os principais meios por que a Tragédia move os ânimos”<sup>8</sup>, podem ou não estar presentes no mito.

Em relação ao reconhecimento, Aristóteles propõe a seguinte definição: “O ‘Reconhecimento’,

como indica o próprio significado da palavra, é a *passagem do ignorar ao conhecer*, que se faz para amizade ou inimizade das personagens que estão destinadas para a dita ou para a desdita<sup>10</sup> (grifo meu).

Na *Oréstia* de Ésquilo, por exemplo, temos uma cena de re-conhecimento quando Electra, ao visitar o túmulo de seu pai, Agamêmnon, *reconhece* seu irmão Orestes (que havia passado anos em exílio em Focis a mando de sua mãe, Clitemnestra, assassina de seu pai), a partir de indícios como uma mecha de cabelos e pegadas no chão, que ela julga semelhantes a seus próprios cabelos e pegadas. Após esse reconhecimento, assim como acontece em outras tragédias, o curso da ação muda radicalmente, uma vez que os dois irmãos irão se unir para vingar a morte do pai, matando a mãe.

Ainda no que diz respeito ao reconhecimento, Aristóteles afirma que sua mais bela forma é a que

sito de tranquilizar o rei e de libertá-lo do terror que sentia nas suas relações com a mãe, descobrindo quem ele era, *causou o efeito contrário*<sup>11</sup> (grifos meus).

A questão do reconhecimento na tragédia está intimamente relacionada ao *saber* e ao *não-saber*, o *ignorar*, por parte do herói trágico. No *Édipo*, por exemplo, é patente que toda a ação se desenvolve a partir de um *ignorar* que é, com o desencadear da trama, substituído por um *saber*, um *ver as coisas claramente*.

E com a passagem do estado de ignorância para o de conhecimento há a mudança para uma nova situação. Assim, a peripécia, quando vem com o reconhecimento, é como um efeito, no desenrolar da trama, do saber que é adquirido.

Em relação ao saber e ao ignorar numa tragédia, Aristóteles afirma que eles podem se articular de três maneiras diferentes: existem as personagens que sabem e conhe-

agente sabedor. Melhor é, todavia, o do que age ignorando, e que, perpetrada a ação, vem a conhecê-la; ação tal não repugna, e o Reconhecimento surpreende. Mas superior a todos é o último, por exemplo o que se dá no *Cresfonte*, quando Mérope está para matar o filho, e não mata porque o reconhece.<sup>11</sup>

O reconhecimento pode se dar de várias formas numa tragédia. O caso a que fiz referência acima, do reconhecimento de Orestes por parte de Electra, por exemplo, é, segundo Aristóteles, um exemplo de reconhecimento que provém de um silogismo: “alguém chegou, que me é semelhante, mas ninguém se me assemelha senão Orestes, logo quem veio foi Orestes”<sup>12</sup>. Mas os melhores reconhecimentos “são os que derivam da própria intriga, quando a surpresa resulta de modo natural, como é o caso do *Édipo* de Sófocles (...). Só os Reconhecimentos desta espécie dispensam artificios, sinais e colares.”<sup>13</sup>

Penso que, tanto no exemplo de Electra como no de Édipo, o *anagnorisis* remete a um ato de reconhecer algo de si próprio. Assim, Electra, na cena descrita acima, não apenas reconhece Orestes, mas o reconhece como semelhante e dessa forma está reconhecendo algo de si mesma. No caso de Édipo, ele reconhece Laio como sendo a pessoa que ele havia assassinado na encruzilhada e em seguida o reconhece como pai, podendo, a partir daí, reconhecer algo sobre si próprio, sobre seu próprio destino.

### **O re-conhecimento (ou reconhecimento analítico) – uma articulação com o reconhecimento trágico**

A partir da definição aristotélica de reconhecimento, proponho a idéia de que numa análise há diversos momentos de “reconhecimento”, em que o analisando “passa do ignorar ao conhecer”. Mas já de ime-

**A** questão do reconhecimento na tragédia está intimamente relacionada ao *saber* e ao *não-saber*, por parte do herói trágico. Na análise, o analisando passa do ignorar ao conhecer.

acontece juntamente com a peripécia, como é o caso no *Édipo*. Por peripécia ele entende “a *mudança dos sucessos no contrário*, efetuada do modo como dissemos; e esta *inversão* deve produzir-se, também o dissemos, verossímil e necessariamente. Assim, no *Édipo*, o mensageiro que viera no propó-

cem o que fazem; as que fazem sem conhecer e depois passam a saber; e as que deixam de fazer algo porque reconhecem o que estão pres-tes a fazer. “Destes casos, o pior é o do sabedor que se apresenta a agir e não age; é repugnante e não trágico, porque sem Catástrofe (...). Vem, em segundo lugar, o caso do

diato adiante que tais momentos de *reconhecimento analítico* possuem uma especificidade própria, que faz com que não coincidam exatamente com o reconhecimento que se dá na tragédia grega, apesar de existirem semelhanças, que justamente me inspiraram a pensar o reconhecimento em análise.

Proponho então a inserção do hífen (que está ali não por razões estéticas), transformando o *reconhecimento* em *re-conhecimento*, a fim de sugerir uma especificidade do que ocorre em análise. Pois a distinção entre os dois processos – reconhecimento trágico e re-conhecimento – não se limita a uma distin-

canálise de que uma interpretação ou construção feita por um analista a seu paciente está sempre certa, uma vez que, mesmo que o paciente não concorde com ela, isso estaria demonstrando apenas uma resistência por parte dele, e não a ineficácia da construção. Freud discute então as indicações que podem ser inferidas a partir da reação do paciente a uma construção oferecida por seu analista. Mostra que tanto o “sim” como o “não” do paciente são quase sempre ambíguos, dando margem a diferentes interpretações, não constituindo, assim, provas confiáveis a respeito da adequação de uma construção.

sas construções são corretas ou inúteis”<sup>15</sup>. Fica evidente a preocupação de Freud em deixar claro que é a análise que irá demonstrar a validade de uma construção.

Luís Claudio Figueiredo, em artigo intitulado “Pensar, escutar e ver na clínica psicanalítica – uma releitura de ‘Construções em análise’”, afirma que não se trata, para que se estabeleça a validade de uma construção, de convencer o analisando racionalmente da sua veracidade, mas que o importante é que “o proposto na construção mobilize as pulsões, toque o inconsciente e faça emergir, ainda que de forma irreconhecível, uma verdade histórico-vivencial”<sup>16</sup>. Nesse sentido, a importância de uma construção reside no efeito que ela traz para a análise, e não na sua confirmação pelo analisando. Uma “boa construção”, portanto (se é que podemos chamar assim), é a que faz o paciente associar, a que põe em movimento a “‘pulsão emergente’ do recalcado”<sup>17</sup>. Para Figueiredo, é a que tem “eficácia pulsional.”<sup>18</sup>

Parece-me, assim, que, de “Construções em análise”, podemos retirar um estatuto específico do que seria o *re-conhecimento*, na medida em que esse re-conhecimento (no caso, o re-conhecimento da construção) não está necessariamente ligado ao grau de exatidão de uma construção, mas à mobilização pulsional e ao movimento que ela desencadeia na análise. O paciente estaria *re-conhecendo* uma construção não quando a aceita racionalmente, mas quando esta produz nele, ou em sua análise, uma mobilização pulsional.

Em relação a isso, o re-conhecer se aproxima do *anagnorisis*, uma vez que este também se caracteriza por produzir um efeito na trama da tragédia. Além disso, é interessante lembrar que, para Aristóteles, os reconhecimentos e as peripécias constituem-se nos “principais meios por que a Tragédia *move os ânimos*”<sup>19</sup> (grifos meus).

O paciente estaria *re-conhecendo* uma construção não quando a aceita racionalmente, mas quando esta produz em sua análise uma mobilização pulsional.

ção terminológica e nem ao fato de o re-conhecimento ser simplesmente um reconhecimento trágico transportado para o interior de uma análise. O que pretendo mostrar é que, justamente por se dar *em* análise, o reconhecimento passa a comportar toda uma outra dimensão que faz com que seja útil a introdução de um novo termo (ou uma nova grafia) para designá-lo.

Com o objetivo de pensar a existência de momentos de reconhecimento analítico, recorrerei a “Construções em análise”, texto de Freud de 1937.

Nesse trabalho, Freud se propõe a responder à crítica feita à psi-

Segundo Freud, mais do que a reações explícitas, o analista deve estar atento a “formas indiretas de confirmação”<sup>14</sup> por parte de seus pacientes. O fato de um paciente responder a uma construção com uma associação que contenha algo similar ao conteúdo dessa construção, por exemplo, pode ser visto pelo analista como uma confirmação a respeito da adequação da construção.

Freud ressalta ainda que uma construção individual nada mais é do que “uma conjectura que aguarda exame, confirmação ou rejeição” e que apenas o desenrolar de uma análise “nos permite decidir se nos-

Assim, enquanto na tragédia, por meio do reconhecimento (e da peripécia), produz-se um efeito de *mover os ânimos*, na análise o reconhecimento desencadearia uma *mobilização pulsional* e um *movimento associativo*.

Percebemos que o que está sendo caracterizado como re-conhecimento está relacionado ao movimento que tal re-conhecimento produz em análise e que portanto é *só depois* que pode se mostrar. Lembro aqui de uma frase dita por uma personagem de uma farsa de Nestroy citada por Freud em “Construções em análise”, numa passagem em que ele procura deixar claro que só o curso de uma análise é que pode confirmar ou rejeitar determinada construção do analista: “Tudo se tornará claro no curso de desenvolvimentos futuros.”<sup>20</sup>

No sentido de sugerir um outro caminho, em Freud, que poderá contribuir para a caracterização do re-conhecimento, voltaremos atrás mais de quarenta anos para o início de suas discussões acerca da histeria, mais especificamente para “Estudos sobre histeria” (1893-1895), que ele escreveu com Breuer.

Em sua apresentação do caso de Miss Lucy R., atendida por ele durante pouco mais de dois meses em 1892, Freud conta como não obteve sucesso em suas tentativas de hipnotizá-la para que atingisse um estado de sonambulismo. Explica que, em casos como esse, deixava a hipnose de lado e pedia apenas concentração a seus pacientes, usando a “técnica da pressão na testa”. Segundo Freud, o que lhe permitiu usar essa técnica — que consistia em pressionar a testa de um paciente com sua mão e pedir que ele dissesse o que estivesse passando pela sua cabeça naquele momento — foi a “suposição de que meus pacientes sabiam tudo o que fosse de qualquer importância patológica e que a questão era apenas a de obrigá-los a comunicar isso [o que sabiam]”<sup>21</sup>. O que Freud está afir-

mando com isso é que a histérica possui um saber sobre sua histeria, por mais que, a princípio, alegue nada saber a respeito dos sintomas dos quais se queixa.

Ainda na apresentação do caso de Miss Lucy, entretanto, Freud mostra como a questão não é tão simples assim, uma vez que, ao lado do saber, está de fato presente um “não saber”, paradoxo que ele descreve como “o estranho estado mental em que se sabe e não se sabe uma coisa ao mesmo tempo”<sup>22</sup>. Como lhe diz Miss Lucy, quando Freud lhe pergunta o porquê de ela não ter lhe contado antes que amava seu patrão, uma vez que ela já sabia disso: “Eu não sabia — ou melhor, eu não queria saber. Eu queria expulsar isso da minha cabeça e não pensar nisso de novo; e acho que ultimamente tenho conseguido”<sup>23</sup>. Assim, o seu *não saber* é de fato um *não querer saber*, visto que o que a leva a não saber é saber de algo do qual não quer saber.

Penso que essa discussão a respeito do saber na histeria pode fornecer subsídios para a caracterização do re-conhecimento. Pois reconhecer algo (uma interpretação do analista, por exemplo) em análise não diz respeito simplesmente a aceitar (ou não) uma interpretação vinda do saber desse analista, mas ao efeito que essa interpretação provocará no trabalho analítico, caso seja capaz de “mobilizar as pulsões” do analisando. Ora, a fim de produzir uma mobilização pulsional no analisando, uma interpretação deve estar relacionada a algo da história desse analisando, por mais estranha e absurda que a princípio a interpretação lhe pareça.

Assim, o que estou sugerindo é que o re-conhecimento está relacionado à apropriação de um saber já “sabido”, porém ignorado em seu saber, distinguindo-se portanto da simples apropriação de um saber novo que lhe é dado por um outro (no caso, o analista), mas também de um mero resgate

de algo que “já está lá”. E esse reconhecimento não se dará de uma hora para outra, como uma revelação, mas se tornará possível *no* e *pelo* trabalho analítico.

Levando em conta o que foi dito a respeito de pensar o re-conhecimento a partir do efeito que este produz em análise, nos voltaremos novamente, por um momento, para nosso diálogo com a tragédia, no

O re-conhecimento está relacionado à apropriação de um saber já “sabido”, porém ignorado, distinguindo-se tanto da simples apropriação de um saber novo, que lhe é dado por um outro, quanto de um mero resgate de algo que “já está lá.”

sentido de sugerir a possibilidade de ainda mais uma articulação.

Proponho que o re-conhecimento — assim como os reconhecimentos trágicos considerados mais belos por Aristóteles — também pode ocorrer junto com uma “peripécia”, uma vez que vem acompanhado por, ou tem como efeito, mudanças no curso da análise. Tais mudanças não correspondem necessariamente a modificações concretas na vida do analisando nem muito menos a grandes atuações por parte deste, mas dizem respeito essencialmente à capacidade do re-conhecimento

de desencadear “reviravoltas pulsionais”, provocando a associação livre. Ao sugerir essa aproximação com a peripécia, entretanto, não pretendo concluir que tais “reviravoltas” tenham necessariamente o caráter de inversão que Aristóteles atribui à peripécia.

O acento dado até aqui ao fato de ser possível constatar o re-conhecimento de uma construção na associação livre provocada por ela pode dar a idéia errada de que o silêncio ou a interrupção da narrativa do analisando depois de uma construção de seu analista deva ser necessariamente interpretado como um sinal de que o analisando não a reconheceu. O fato de um analisando interromper sua narrativa, entretanto, não significa que tenha havido necessariamente uma interrupção do trabalho associativo (assim como nem toda fala sua constitui-se em trabalho associativo).

uma interrupção de narrativa desse tipo a uma rejeição do analisando à construção em questão é portanto precipitado, uma vez que é só o curso de sua análise (e portanto as associações que seguem o momento de silêncio) que indicará o que o paciente disse com seu silêncio. O que é importante apontar é que um silêncio do analisando não exclui a possibilidade de ter havido um re-conhecimento de sua parte.

### **Re-conhecimento e insight**

Seguindo a idéia de conceber o re-conhecimento a partir do efeito que este produz em análise, proponho que tal processo se diferencie tanto da compreensão racional, intelectual, como da noção de *insight*. Pois, ao dizer respeito a momentos de uma psicoterapia ou de uma psicanálise em que o paci-

Bucher, “ela [a conscientização] nunca será total, mas pertence ao processo de *desvelamento*, no sentido do paciente ser, no final, mais consciente de si”<sup>24</sup> (grifo meu). Já o que estou procurando delimitar como re-conhecimento é distinto de um momento de “desvelamento”, uma vez que não se trata, no re-conhecimento, de simplesmente descobrir ou revelar algo que estava escondido.

Ainda em relação ao *insight*, Bucher afirma que “tomar consciência, em geral, se faz de maneira surpreendente, embora precedido por um longo trabalho em profundidade”<sup>25</sup>. Embora o re-conhecimento possa também vir acompanhado de um elemento de surpresa, não é isso que o caracteriza, uma vez que o importante não é o momento de re-conhecimento em si, mas o trabalho que procede desse re-conhecimento e que, ao mesmo tempo, constitui-se como trabalho de re-conhecimento.

Além disso, me parece claro que o efeito do *insight* é diferente do efeito do re-conhecimento, uma vez que o efeito deste aparece no desenrolar da análise e não na pessoa do analisando. Isso não quer dizer que não possa ser creditada ao re-conhecimento uma função de mudar algo no analisando, mas isso viria como um segundo efeito. O efeito imediato do re-conhecimento se dá no trabalho de análise.

Seguindo essa linha, não faz sentido dizer que este ou aquele analisando tem melhor ou pior capacidade para fazer/experienciar um re-conhecimento, como se diz por exemplo em relação a uma suposta “capacidade de ter *insight*”. É o trabalho de análise, no qual analista e analisando estão envolvidos, que irá possibilitar o re-conhecimento.

A partir do desenvolvimento da noção de re-conhecimento para designar um processo pelo qual pensar determinadas mudanças desencadeadas *por* e *em* análise, sugiro que podemos conceber diferentes tipos de re-conhecimento resultan-

O efeito do *insight* é diferente do efeito do re-conhecimento, uma vez que este aparece no desenrolar da análise, e não na pessoa do analisando.

O silêncio como reação a uma construção, portanto, deve ser, assim como o “sim” e o “não” do paciente, entendido como ambíguo, podendo encerrar significados distintos. E, assim como o “sim” e o “não”, é só depois, no curso da análise, que poderemos atribuir significado ao silêncio de um analisando após uma construção, que poderá ser ou não no sentido de confirmá-la.

Ter como princípio relacionar

ente “toma consciência” de determinadas questões, a noção de *insight* não leva em conta a dimensão de *a posteriori* que está sendo atribuída ao re-conhecimento.

Numa abordagem a respeito das psicoterapias pela fala, Richard Bucher, que diz preferir usar o termo *conscientização* ou *tomada de consciência* a *insight*, se refere a ela como um momento privilegiado, embora não indispensável, do processo psicoterápico. Segundo

do do trabalho de análise. No sentido de procurar caracterizar melhor a particularidade do que está sendo chamado de re-conhecimento e mostrar de que forma um re-conhecimento pode desencadear um movimento ou uma mudança em análise, abordarei a seguir um dos tipos de re-conhecimento que considero que uma análise permite.

### Re-conhecimento da realidade psíquica<sup>26</sup>

A partir do que Freud nos ensinou a respeito da noção de realidade psíquica, mostrando uma equivalência entre fantasia e realidade material, decorre a recomendação de que suspendamos, enquanto analistas, qualquer julgamento de realidade em relação à fala de nossos analisandos, como se não houvesse a menor diferença se o que escutamos de um paciente tenha de fato ocorrido ou não. Uma vez que compreendemos que no inconsciente a diferença entre realidade material e fantasia é ignorada e que as fantasias são suficientes para constituírem sintomas, não faz mesmo o menor sentido nos colocarmos numa posição de “pôr à prova” o relato de um analisando, procurando descobrir e apontar o que de fato ocorreu e o que é “apenas fantasia.”

Por outro lado, considerar que a análise constitui-se em lugar privilegiado para que conteúdos da ordem da fantasia emergam, uma vez que a única regra imposta ao analisando é que ele fale tudo aquilo que lhe passa pela cabeça, não quer dizer que numa análise também não compareçam elementos da realidade material nem que tudo que o analisando nos diz deva ser entendido como expressão de uma fantasia sua.

Nelson Coelho Júnior, no livro *A força da realidade na clínica freudiana*, chama atenção para uma tendência a não levar em conta essa

diferenciação, tanto no nível teórico como no da prática psicanalítica, como se houvesse uma tentativa de igualar fantasia e realidade e conseqüentemente negar diferenciações onde de fato elas existem. Chama isso de uma “hipervalorização da realidade”<sup>27</sup>, na medida em que se adota uma postura de que “tudo é realidade”<sup>28</sup>. Segundo ele, “isso no fundo equivale à recusa das diferenciações onde de fato há diferenciações, apesar de vir encoberto pelo disfarce da defesa incondicional das diferenças. Colocada assim a questão, a fantasia reduz-se à realidade ou, o que aqui dá no mesmo, a realidade à fantasia.”<sup>29</sup>

Penso que uma análise pode contribuir para evitar essa redução, deixando ver uma diferenciação entre fantasia e realidade. O próprio fato, por exemplo, de um analista poder introduzir uma interpretação sua com um “é como se...” aponta a possibilidade de diferenciação entre duas realidades distintas, uma material e outra da ordem do fantasiar, psíquica. Ao mesmo tempo, deixa em aberto a escolha entre uma das duas possibilidades.

Uma paciente em análise há mais de dois anos inicia uma sessão contando que está com um problema ginecológico, sabe que deveria procurar um médico, mas, apesar disso, tem adiado sua ida a um especialista. Fala que se sente mal quando vai ao ginecologista, tem vergonha e, além do mais, não gosta de ser *olhada, tocada*. Conta das primeiras vezes em que foi, com a mãe, e de como chorou muito depois, com raiva da mãe por a ter levado ao médico. Fala em seguida: “Eu sei que pode ser besteira, mas acho que qualquer pessoa que decide se especializar em ginecologia, especialmente se for homem, é porque é muito *safado*. Se fosse obstetrícia, eu ainda podia entender...”

A partir dessas associações, aliadas a outros elementos da história da paciente que não precisam ser

relatados aqui, comento: “É *como se* você tivesse sido *olhada e tocada* por um homem *safado*”. O *como se*, embora verbalizado por mim, já estava presente na fala da analisanda por meio da palavra “besteira”, que foi o que lhe possibilitou estabelecer uma relação entre sua ida ao ginecologista e o fato de ser *olhada e tocada* por um homem *safado*. Pois, classificando de “besteira” essa relação, ela se permitiu expressá-la.

Uma frase do tipo acima vinda do analista pode permitir um re-conhecimento — que só se deixará mostrar (ou não) depois, no decorrer da análise — de que a cena

Uma análise possibilita o re-conhecimento da existência da realidade psíquica do analisando, assim como a distinção e a equivalência entre ela e a realidade material.

evocada não precisa necessariamente corresponder a um fato da realidade material, mas que pode ser fruto de uma fantasia do analisando, retratando um aspecto de sua realidade psíquica. Nesse sentido, penso que uma análise possibilita o *re-conhecimento* da existência da realidade psíquica do analisando, assim como a distinção entre ela e a realidade material.

Não apenas distinção, entretanto, mas também a constatação de uma equivalência. Ou seja, levando em conta o exemplo dado acima, a paciente poderá tanto, a partir de sua análise, re-conhecer que a cena de “ser olhada e tocada por um homem safado” pode ser fruto de uma fantasia, como também que essa fantasia tem o mesmo valor de um dado da realidade material enquanto elemento constitutivo de sua

assim ele pode se apropriar delas, re-conhecendo-as como suas.

E possibilitar esse re-conhecimento em análise é uma maneira de possibilitar ao analisando uma distinção entre as realidades, material e psíquica. Ao mesmo tempo, a análise permite constatar que ambas as realidades contribuem de maneira significativa para a construção subjetiva do analisando. Ao ser introduzido pela análise no mundo

**É** o manejo da transferência pelo analista que irá permitir o re-conhecimento da equivalência entre ela e a realidade material.

subjetividade (e que, portanto, não fazem sentido seus protestos: “Ah, mas se isso é só fantasia minha, se não aconteceu de fato, então não importa”). Sua análise irá lhe permitir re-conhecer que não se trata *apenas* de uma fantasia e que esta, de fato, importa. Assim, a fantasia como “besteira” dá lugar a um re-conhecimento da realidade psíquica.

O trabalho de análise possibilita ao analisando constatar a existência de um mundo de fantasias que, embora suas, ele até então não as reconhecia como tal. Assim, o re-conhecimento propiciado pela análise vai além de uma “passagem do ignorar ao conhecer”, pois as fantasias de um analisando sempre foram suas, e portanto sua ignorância em relação a elas não era total, uma vez que elas existiam no seu inconsciente. O que acontece em análise é que algumas fantasias do analisando voltam a ser conhecidas e

de sua realidade psíquica, o sujeito passa a re-conhecer que o que pensava ser realidade é “apenas” fantasia, mas que sua fantasia também é realidade. Re-conhece a existência e a importância de duas dimensões distintas e ao mesmo tempo inseparáveis.

Retomando o que foi desenvolvido anteriormente, podemos dizer que o re-conhecimento da realidade psíquica do analisando diz respeito à mobilização pulsional e ao movimento que será desencadeado em análise a partir do momento em que, por meio dela, ele for introduzido ao mundo de suas fantasias, de sua realidade psíquica. Sendo assim, o que possibilita o re-conhecimento é essa mobilização pulsional que se deixa mostrar no trabalho associativo; a ênfase, portanto, não está nem na figura do analista nem na do analisando, mas no trabalho que inclui os dois.

O que não quer dizer que não possamos falar do papel do analista nesse processo. Na verdade já o fiz, ao citar uma interpretação do analista (“É como se...”) como podendo desencadear o re-conhecimento de determinadas fantasias. Em relação a isso cabem alguns comentários.

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que o “como se” do analista não precisa ser explícito, uma vez que não é o simples fato de um analista iniciar todas as suas interpretações com um “como se” que irá possibilitar o re-conhecimento de que o que o analisando está falando pode, ou não, ser uma fantasia. A referência ao “como se” foi feita apenas para ilustrar o modo de o analista lidar com os conteúdos trazidos pelos seus pacientes, que, ao mesmo tempo em que não deve ser uma busca “pelo que de fato aconteceu” aos moldes de uma anamnese psiquiátrica, também não deve evitar diferenciações necessárias.

É o manejo da transferência pelo analista que irá permitir o re-conhecimento da equivalência/diferenciação entre realidade e fantasia. Tomando como exemplo a forma de o analista lidar com o amor de transferência do analisando produzido em análise, ao mesmo tempo em que cabe ao analista ouvir aquilo de infantil que a declaração de amor de seu analisando lhe diz, ele precisa dar conta do fato de ser a sua pessoa que sustenta a possibilidade de repetição, no atual, desse infantil. Como afirma Fédida em artigo crítico ao trabalho “Observações sobre o amor de transferência” de Freud, “se a paciente evoca um sentimento amoroso, uma reação amorosa de seu corpo por mim, não posso virar minha cabeça na poltrona e dizer que isso é por outro alguém. Tenho que admitir que é a situação analítica, que sou eu na situação analítica, quem pode suscitar esse afeto amoroso. Então, não entrar na situação de sedutor equivale a permitir a circulação do afeto. Portanto, trata-se de admitir

o que se passa, não de o recusar como algo insuportável.”<sup>30</sup>

Cabe ao analista admitir que é ele quem suscita o afeto ao mesmo tempo em que mostra que “isso é por outro alguém”. Ou melhor, é justamente sustentando a posição de alguém que suscita o afeto amoroso do paciente que o analista poderá permitir o re-conhecimento, em análise, de que esse afeto está dirigido a um outro. E, como consequência, o analisando passa a acreditar no seu amor de transferência, ao mesmo tempo em que desconfia dele.

Da mesma forma, o manejo da transferência introduz a possibilidade de uma crença/desconfiança nas fantasias do analisando, permitindo que ele re-conheça a existência de sua realidade psíquica ao mesmo tempo em que re-conhece uma distinção (e uma equivalência) desta em relação à realidade material.

Ainda no que diz respeito ao fato de o “É como se...” do analista não precisar estar explícito, isso não quer dizer que seja proibido enunciá-lo. O que não procede é que seja usado como mero atenuante, com o objetivo de “suavizar” a força de uma interpretação e diminuir a resistência do analisando a ela, convencendo-o a aceitar a construção do analista.

### **O re-conhecimento se dá em ato e introduz uma fenda**

Afirmo acima que o re-conhecimento da realidade psíquica possibilitado *por e em* análise possui uma especificidade em relação ao “passar do ignorar ao conhecer” aristotélico, pois, uma vez que as fantasias do analisando já existem no seu inconsciente, sua ignorância em relação a elas não é total mesmo antes da análise. Dizer, entretanto, que as fantasias do analisando já existem em seu inconsciente e que, em análise, elas voltam a ser conhecidas pode levar a uma idéia

de que se trata em análise simplesmente de trazer à tona o que já está lá escondido, fazendo com que reconhecer se assemelhe à idéia de “tornar consciente o que está inconsciente.”

Mas não é isso que está sendo proposto aqui. O re-conhecimento não é simplesmente o movimento de revelar algo que está escondido, mas implica algo de criativo que ocorre em ato na análise. As fantasias que são re-conhecidas em análise, por exemplo, estão presentes, em ato, na transferência, não sendo simplesmente resgatadas de um inconsciente onde se encontram em repouso. O re-conhecer não consiste em uma mera reprodução de algo infantil, mas tem um efeito modificador sobre esse infantil e, portanto, algo de criativo. É nesse sentido a proposta de que o re-conhecer, como bem indica o hífen, introduz uma fenda, uma fratura, no fantasioso e no infantil que deixa aparecer em análise.

Com isso, penso estar indo ao encontro do caminho sugerido por

(...) uma reprodução. (...) O que não é evidenciado o bastante naquilo que se diz comumente é em que essa reprodução se distingue de uma simples apassivação do sujeito. Se a reprodução é uma reprodução em ato, então existe na manifestação da transferência algo de *criador*<sup>31</sup> (grifos meus).

### **O re-conhecimento provoca estranheza**

Como já chamei atenção em outro momento<sup>32</sup>, ao ser introduzido por meio do re-conhecimento no mundo de sua realidade psíquica, o analisando pode ser tomado por uma sensação de estranheza: o que pensava ser realidade é “apenas fantasia”, mas eis que sua fantasia é realidade. Pois, como nos diz Freud, “um efeito de estranheza é frequente e facilmente produzido quando a distinção entre fantasia [*Phantasie*] e realidade é eliminada, como quando alguma coisa que havíamos até então considerado como fantástica

**O** re-conhecer não consiste em uma mera reprodução de algo infantil, mas tem um efeito modificador sobre esse infantil, e portanto algo de criativo. É nesse sentido a proposta de que o re-conhecer introduz uma fenda no fantasioso.

Lacan no que diz respeito a sua caracterização da transferência, quando, no seminário que dedica a esse tema, por exemplo, ele afirma: “A presença do passado, pois, tal é a realidade da transferência. (...) É uma presença um pouco mais que presença – é uma *presença em ato*,

[*phantastisch*] aparece diante de nós na realidade.”<sup>33</sup>

Além disso, uma outra questão me faz retomar o texto “O estranho” (*Das Unheimliche*) de Freud, assim como “Construções em análise”. Neste último trabalho, Freud chama atenção para a ambigüidade pre-

sente no “sim” e no “não” de um paciente em resposta a uma construção e afirma que “as declarações diretas do paciente após lhe ser oferecida uma construção fornecem muito pouca evidência sobre a questão de se estivemos certos ou errados.”<sup>34</sup>

Considero que o re-conhecimento também é ambíguo, já que afirmar que um analisando re-conheceu determinada construção, por exemplo, não significa necessariamente que ele esteja dizendo “sim” (ou “não”) a ela, mas tão somente que essa construção provocou uma mobilização pulsional

nifica o que é familiar e agradável, e, por outro, o que é oculto e mantido longe dos olhos”<sup>35</sup>. Apresenta em seguida exemplos de situações e coisas que provocam uma experiência de estranheza, concluindo que essa experiência acontece em dois casos: “quando complexos infantis que foram recalçados são novamente revividos por alguma impressão, ou quando crenças primitivas que foram superadas parecem ser uma vez mais confirmadas.”<sup>36</sup>

Não pretendo me estender nos exemplos que Freud fornece nesse texto, mas sim sugerir uma relação do re-conhecimento com a ambigüidade presente no termo *heimlich*. Pois o re-conhecer, assim como o termo alemão discutido, remete a uma só vez ao familiar e ao estranho, o oculto, uma vez que possibilita que o estranho seja visto como familiar e, também, que no familiar se mostre algo que até então havia se mantido “longe dos olhos”. Assim, por meio do re-conhecimento, o analisando pode se apropriar do que lhe parecia estranho, tornando-o familiar, assim como se deparar com o oculto e o estranho naquilo que até então sempre havia lhe parecido tão familiar. No re-conhecer, assim como na palavra *heimlich*, o estranho se opõe ao familiar, ao mesmo tempo em que coincide com ele.

### Elaborações (ainda) primeiras

O objetivo do presente trabalho foi retratar parte do percurso percorrido na minha dissertação de mestrado, na qual introduzi a noção de *re-conhecimento*, à luz da qual procurei tecer considerações a respeito de modificações sendo possibilitadas em análise e por meio da análise. Reconheço (sem trocadilhos) que tal noção não encerra ainda, mesmo para mim, um sentido precisamente delimitado, uma vez que foi sendo construída e se constituindo no decorrer do trabalho de

pesquisa e escrita, que por sua vez só fez sentido a partir da experiência psicanalítica. Considero portanto que o re-conhecimento diz respeito de fato a algo que se dá em análise, justificando futuras elaborações que possam levar a uma delimitação maior do termo e a sua caracterização mais precisa no trabalho de análise. ■

### NOTAS

1. A tradução de *Édipo Rei* utilizada na citação apresentada foi a de Junito de Souza Brandão em: *Dois tragédias gregas*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1951.
2. A tradução da *Poética* utilizada neste trabalho foi a de Eudoro de Souza em: *Aristóteles, Poética*, São Paulo, Ars poetica, 1993.
3. *Aristóteles, Poética*, São Paulo, Ars poetica, 1993, p. 37.
4. *Aristóteles, op. cit.*, p. 39.
5. *Aristóteles, op. cit.*, p. 43.
6. *Aristóteles, op. cit.*, p. 48.
7. *Aristóteles, op. cit.*, p. 69.
8. *Aristóteles, op. cit.*, p. 43.
9. *Aristóteles, op. cit.*, p. 61.
10. *Aristóteles, op. cit.*, p. 61.
11. *Aristóteles, op. cit.*, pp. 75-77.
12. *Aristóteles, op. cit.*, p. 85.
13. *Aristóteles, op. cit.*, p. 87.
14. S. Freud, “Constructions in analysis” (1937), in *The Standard Edition of the Complete Works of Sigmund Freud (SE)*, v. XXIII, London, The Hogarth Press, 1955, p. 263. (As traduções das citações de Freud utilizadas neste trabalho foram feitas pela autora.)
15. S. Freud, *op. cit.*, p. 265.
16. L. C. Figueiredo, “Pensar, escutar e ver na clínica psicanalítica – uma releitura de ‘Construções em análise’”, *Percurso* n. 16, São Paulo, 1996, p. 89.
17. S. Freud, *op. cit.*, p. 266.
18. L. C. Figueiredo, *op. cit.*, p. 88.
19. *Aristóteles, op. cit.*, p. 43.
20. S. Freud, *op. cit.*, p. 265.
21. J. Breuer e S. Freud, “Studies on hysteria” (1893-1895), in *SE*, v. II, London, The Hogarth Press, 1955, p. 110.
22. J. Breuer e S. Freud, *op. cit.*, p. 117, nota 1.
23. J. Breuer e S. Freud, *op. cit.*, p. 117.
24. R. Bucher, *A psicoterapia pela fala: fundamentos, princípios, questionamentos*, São Paulo, EPU, 1989, p. 162.
25. R. Bucher, *op. cit.*, p. 162.
26. Algumas das idéias discutidas neste item já foram apresentadas em outro artigo de minha autoria: “Fantasia na análise”, *Boletim de Novidades Pulsional* n.73, São Paulo, pp. 53-58.
27. N. Coelho Júnior, *A força da realidade na clínica freudiana*, São Paulo, Escuta, 1995, p.17.
28. N. Coelho Júnior, *op. cit.*, p. 18.
29. N. Coelho Júnior, *op. cit.*, p. 18.
30. P. Fédida, *Clínica psicanalítica: estudos*, São Paulo, Escuta, 1988, p. 53.
31. J. Lacan, Seminário VIII: *A transferência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992, pp. 175-176.
32. E. R. Versiani, “Fantasia na análise”, *Boletim de Novidades Pulsional* n. 73, São Paulo, pp. 53-58.
33. S. Freud, “The ‘uncanny’” (1919), in *SE*, v. XVII, London, The Hogarth Press, 1955, p. 244.
34. S. Freud, “Constructions in analysis” (1937), in *SE*, v. XXIII, London, The Hogarth Press, 1955, p. 263.
35. S. Freud, “The ‘uncanny’” (1919), in *SE*, v. XVII, London, The Hogarth Press, 1955, pp. 224-225.
36. S. Freud, *op. cit.*, p. 249.

O re-conhecer, assim como o termo alemão *heimlich*, remete a uma só vez ao familiar e ao estranho.

nesse analisando. O re-conhecimento pode ser tomado em mais de um sentido, o que caracteriza sua ambigüidade.

No texto “O estranho”, Freud discute a ambigüidade do termo alemão *heimlich*, cujos diversos sentidos incluem um que é igual ao seu contrário, *unheimlich*. Nos mostra como a palavra *heimlich* “pertence a dois conjuntos de idéias, que, sem serem contraditórias, são entretanto bem diferentes: por um lado sig-